

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.678.084 - AM (2017/0084827-0)

**RELATORA** : MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ  
**RECORRENTE** : SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS  
**RECORRIDO** : BENITO MARINHO DANTONA  
**ADVOGADOS** : MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO - AM002039  
CLAUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO -  
AM009886

### DESPACHO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, interposto contra decisão do Tribunal de origem que não admitiu o apelo raro.

No STJ, o agravo foi convertido em recurso especial. (fl. 307)

Posteriormente, se deu provimento ao recurso especial, reformando o acórdão recorrido e restabelecendo a sentença de primeiro grau. (fls. 314/317)

Opostos embargos declaratórios por BENITO MARINHO DANTONA, estes foram rejeitados. (fls. 338/341)

O trânsito em julgado do feito foi certificado em 2.10.2017 e o processado baixou à origem na mesma data. (fl. 346)

Agora, aportaram ao STJ documentos, encaminhados pela Corte regional de origem, onde consta petição de recurso extraordinário anexada, que teria sido interposta perante o Tribunal *a quo*. (fls. 348/381)

É o resumo do caso.

Preambularmente, consigna-se a impossibilidade de qualquer provimento positivo ou negativo no caso em tela, tendo em conta o exaurimento da prestação jurisdicional junto ao Superior Tribunal de Justiça. De fato, consoante se observa da certidão de fl. 1.578, já houve a certificação do trânsito em julgado da demanda, não havendo possibilidade da análise do recurso extraordinário, notadamente após o término efetivo da demanda.

Outrossim, o recurso extraordinário, por expressa disposição legal, deve ser aviado junto ao Tribunal prolator do julgado que se busca reformar, ou seja, *in casu*, o apelo nobre deveria ter sido interposto neste STJ e não junto à Corte de origem.

No mais, ainda que tivesse sido interposto no STJ, não teria qualquer chance de êxito, tendo em vista não ter ocorrido o indispensável esgotamento de instância.

Feitas tais considerações, e especialmente em razão do esgotamento da jurisdição do STJ, informe-se ao peticionário que **nada há a prover**.

**Determino, ainda, o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência. Baixem-se os autos caso ainda se encontrem no STJ.**

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

